

Termo de Colaboração nº 163/2024/GP.

TERMO DE COLABORAÇÃO

PARTES: *Município de Pato Branco*, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 76.995.448/0001-54, com sede e foro na Rua Caramuru, nº 271, Centro, em Pato Branco - PR, CEP: 85.501-064, neste ato representado pelo seu Prefeito, **Robson Cantu**, brasileiro, portador do RG nº 1.816.183-4 SESP/PR, inscrito no CPF nº 441.436.649-68, residente e domiciliado na Rua Argentina nº 02, Apto 702, Bairro Jardim das Américas, CEP 85.502-040, em Pato Branco - PR, como **CONCEDENTE**, e de outro lado, **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Pato Branco**, inscrita no CNPJ nº 77.130.953/0001-07, com sede na TV A. Borges, nº 152, São Vicente, em Pato Branco/PR, Telefone (46) 3224-4440, neste ato representada por seu Presidente o Sr. **Neri Santos de Vargas**, portador do CPF 195.110.270-34, inscrito no RG 4.632.992-9, residente e domiciliado na Rua Joaquim Nabuco, nº 200, em Pato Branco/Pr, como **PROPONENTE**, conforme autorização constante do protocolo nº 10.123/2024 1Doc, **Inexigibilidade n.º 130/2024 – Processo nº 135/2024**, que independente da sua transcrição, integra o presente termo que será regido pelas disposições da Lei nº 13.019/2014, Decreto Municipal nº 9.309/2022 e demais legislações aplicáveis, bem como, pelas cláusulas e condições a seguir especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

I – O objeto da presente parceria é o atendimento às crianças, jovens e adultos com deficiências, mediante o atendimento educacional especializado, visando o seu desenvolvimento nos aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivos-linguísticos e sociais.

CLÁUSULA SEGUNDA – META DE ATENDIMENTO

I –

	Metas Quantitativas	Indicador de aferição de cumprimento das metas	Meios de verificação
1	Proporcionar segurança e qualidade a mais de 350 (pessoas) alunos/funcionários e familiares que circulam diariamente na instituição.	Satisfação dos usuários (alunos, familiares e funcionários)	Verificação / fiscalização in loco e fotos do antes e depois
2	Ressignificar o espaço escolar para melhor aproveitamento e atendimento.	Satisfação dos usuários (alunos, familiares e funcionários)	Verificação / fiscalização in loco e fotos do antes e depois

CLÁUSULA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

I - O serviço será executado fielmente pela PROPONENTE, após a assinatura do Termo de Colaboração, devendo cumprir todas as obrigações estabelecidas, inclusive quanto ao Plano de Trabalho apresentado.

II - No caso de interrupção do funcionamento da PROPONENTE ou paralisação das atividades vinculadas à presente parceria, faculta-se à CONCEDENTE assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, de modo a evitar sua descontinuidade.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PRAZOS

I – Os prazos de vigência do Termo de Colaboração e de execução do objeto da parceria serão de 12 (doze) meses, a contar da data de publicação do presente instrumento.

II - Os prazos de vigência e execução poderão ser prorrogados, de acordo com a legislação vigente, observado o disposto na Cláusula Décima Terceira do presente Termo de Colaboração.

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR

I - Para a execução do objeto da parceria, o CONCEDENTE fará o repasse do valor total de R\$ 1.208.320,91 (um milhão, duzentos e oito mil, trezentos e vinte reais e noventa e um centavos) à PROPONENTE, com recursos da Secretaria de Educação e Cultura.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

I - Os repasses destinados à execução do objeto da parceria correrão por conta dos recursos da Dotação Orçamentária: 07 Secret.Mun.Educacao E Cultura - 07.03 Departamento De Ensino - 123650039.2.099000 Manutencao Das Atividades Do Fundeb 30% - 3.3.50.43.45.00.00 Demais Ent. Terceiro Setor P/ Promocao G - Desdobramento Da Despesa 16807 Fonte....: 102 Fundeb 40% Fundeb Maximo 30% - Inciso Xi - Despesa: 2048 – Desdobramento 16807.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO CRONOGRAMA DE REPASSE E FORMA DE PAGAMENTO

I - O repasse de recursos se dará após a assinatura e publicação do presente instrumento, observado o seguinte cronograma:

PARCELA	PRAZO	VALOR
01	Até 05 dias úteis após a publicação do Termo de Colaboração	R\$ 464.790,31
02	30 dias após o primeiro pagamento	R\$ 589.030,60
03	60 dias após o primeiro pagamento	R\$ 106.000,00
04	90 dias após o primeiro pagamento	R\$ 48.500,00

CLÁUSULA OITAVA - DOS RECURSOS FINANCEIROS

I - Os recursos financeiros deverão ser aplicados no custeio das seguintes despesas, desde que estritamente relacionadas à execução do objeto da parceria:

	1ª PARCELA	2ª PARCELA	3ª PARCELA	4ª PARCELA
4.4.91.52.26 INSTRUMENTOS MUSICAIS E ARTÍSTICOS				3.500,00
4.4.90.52.33 – EQUIPAMENTO PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO			30.000,00	
4.4.90.52.34 – MÁQUINAS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS			20.000,00	
4.4.90.52.35– EQUIPAMENTO DE PROCESSAMENTO DE DADOS				10.000,00
4.4.90.52.42 – MOBILIÁRIO EM GERAL			40.000,00	
4.4.90.52.51 - PEÇAS NÃO INCORPORÁVEIS A IMÓVEIS				6.000,00
4.4.91.51.99 – OUTRAS OBRAS E INSTALAÇÕES		589.030,60		
3.3.90.30.04 – GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS				15.000,00
3.3.90.30.21 - MATERIAL DE COPA E COZINHA				14.000,00
3.3.90.30.24 – MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS E IMÓVEIS	231.280,00			

3.3.90.30.26 – MATERIAL ELÉTRICO ELETRÔNICO	10.000,00			
3.3.90.39.05 – SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS	23.510,31			
3.3.90.39.77 – VIGILÂNCIA OSTENSIVA	10.000,00			
3.3.90.39.43 – SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA – NÃO DESTINADA A ILUMINAÇÃO PÚBLICA	25.000,00			
3.3.90.39.95 – MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE EQUIPAMENTOS			16.000,00	
3.3.90.39.16 MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	165.000,00			
TOTAL	464.790,31	589.030,60	106.000,00	48.500,00

CLÁUSULA NONA – DAS CONTRATAÇÕES E COMPRAS

I - A contratação de empregados para a execução do objeto, quando pagos com recursos desta parceria, deverá obedecer aos princípios da legalidade, da moralidade, da boa-fé, da probidade, da impessoalidade, da economicidade, da eficiência, da isonomia, da publicidade, da razoabilidade e do julgamento objetivo e a busca permanente de qualidade e durabilidade.

II - Não se estabelecerá nenhum vínculo de natureza jurídico-trabalhista ou de qualquer espécie entre o CONCEDENTE e o pessoal que a PROPONENTE utilizar para a execução do objeto da parceria, sendo de responsabilidade exclusiva da PROPONENTE o pagamento dos encargos trabalhistas e previdenciários, assim com quaisquer despesas de natureza fiscal ou comercial relativamente ao funcionamento da instituição e ao adimplemento do Termo de Colaboração, afastando-se por completo a responsabilidade, ainda que solidária ou subsidiária, da CONCEDENTE por quaisquer destas obrigações.

III - A PROPONENTE adotará métodos usualmente utilizados pelo setor privado para a realização de compras e contratações de bens e serviços com recursos transferidos no âmbito da presente parceria.

IV - A PROPONENTE deve verificar a compatibilidade entre o valor previsto para realização da despesa, aprovado no plano de trabalho, e o valor efetivo da compra ou contratação e, caso o valor efetivo da compra ou contratação seja superior ao previsto no plano de trabalho, deverá assegurar a compatibilidade do valor efetivo com os novos preços praticados no mercado, através de pesquisas de preços, inclusive para fins de elaboração de relatório de execução financeira exigível em prestação de contas.

V - A PROPONENTE deverá manter em sua guarda, pelo prazo de 10 (dez) anos, os orçamentos coletados de fornecedores e prestadores de serviços, a fim de comprovar, caso necessário, a compatibilidade das despesas com os valores de mercado.

VI - Para fins de comprovação das despesas, a PROPONENTE deverá obter de seus fornecedores e prestadores de serviços notas, comprovantes fiscais ou recibos, com data, valor, nome e número de inscrição no CNPJ da organização da sociedade civil e do CNPJ ou CPF do fornecedor ou prestador de serviço, e deverá manter a guarda dos documentos originais pelo prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da apresentação da prestação de contas ou do decurso do prazo para a apresentação da prestação de contas.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA MOVIMENTAÇÃO DE RECURSOS

I - Os valores a repassar deverão ser depositados pelo CONCEDENTE em conta bancária específica da PROPONENTE, no **Banco do Brasil, Agência 8563-4 - Conta Corrente 113-9.**

II - A conta bancária na qual serão mantidos os recursos financeiros repassados pelo CONCEDENTE deverá ser aberta exclusivamente para este fim e restritamente vinculada ao objeto desta parceria, devendo ser isenta de qualquer tarifa bancária.

III - Os recursos serão automaticamente aplicados em cadernetas de poupança, fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, enquanto não empregados na sua finalidade.

IV - Os rendimentos de ativos financeiros serão aplicados no objeto da parceria, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

a) A utilização do recurso a que se refere este item deve ser solicitada pela PROPONENTE com antecedência de até 30(trinta)dias do termino da vigência, perante o gestor da parceria, formalizando-se através de termo de apostilamento.

V - Os pagamentos deverão ser realizados mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços, sendo que toda movimentação de recursos no âmbito da parceria será realizada mediante transferência eletrônica ou PIX, sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária.

VI - Existindo obrigação financeira que não possa ser paga através de transferência bancária ou PIX, a PROPONENTE deve declarar este fato no respectivo Plano de Trabalho, sendo facultado, nesta hipótese, o pagamento em espécie, desde que observado o limite total de R\$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais), relativamente à soma destas despesas, devendo colher nota fiscal e recibo devidamente firmado pelo beneficiado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONCEDENTE E DA PROPONENTE

I - O presente Termo de Colaboração deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas aplicáveis, respondendo cada um pelas conseqüências de sua inexecução total ou parcial, sendo vedado à PROPONENTE utilizar recursos para finalidade alheia ao objeto da parceria.

II - Além das obrigações constantes na legislação que rege o presente instrumento e dos demais compromissos assumidos neste Termo de Colaboração, cabe à CONCEDENTE cumprir as seguintes atribuições, responsabilidades e obrigações:

a) Acompanhar, orientar, supervisionar, assessorar e avaliar a execução dos serviços de forma articulada, visando que seja alcançado o objeto deste Termo de Colaboração em toda a sua extensão e no tempo devido;

b) Monitorar e avaliar constantemente a execução do objeto, emitindo relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria e o submetê-lo à comissão de monitoramento e avaliação designada, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela organização da sociedade civil, conforme previsto Decreto municipal 9.309 de setembro de 2022;

c) Comunicar à PROPONENTE quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos públicos ou outras impropriedades de ordem técnica ou legal, fixando o prazo previsto na legislação para saneamento ou apresentação de esclarecimentos e informações;

d) Liberar os recursos por meio de transferência eletrônica e em obediência ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto do termo de colaboração;

- e) Divulgar informações referentes à parceria celebrada em dados abertos e acessíveis e manter, no seu sítio eletrônico oficial e no Portal da Transparência, o instrumento da parceria celebrada e seu respectivo plano de trabalho, nos termos do art. 10 da Lei nº 13.019, de 2014;
 - f) Exercer atividade normativa, de controle e fiscalização sobre a execução da parceria, inclusive, se for o caso, reorientando as ações, de modo a evitar a descontinuidade das ações pactuadas;
 - g) Informar à PROPONENTE os atos normativos e orientações da Administração Pública que interessem à execução do presente Termo de Colaboração;
 - h) Aplicar as sanções previstas na legislação, proceder às ações administrativas necessárias à exigência da restituição dos recursos transferidos e instaurar Tomada de Contas Especial, quando for o caso.
- III - Além das obrigações constantes na legislação que rege o presente instrumento e dos demais compromissos assumidos neste Termo de Colaboração, cabe à PROPONENTE cumprir as seguintes atribuições, responsabilidades e obrigações:**
- a) Cumprir fielmente o Plano de Trabalho aprovado, visando o atingimento das metas previstas e a perfeita execução do objeto pactuado, com estrita observância aos princípios da legalidade, da legitimidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da economicidade, da eficiência e da eficácia;
 - b) Zelar pela boa qualidade das ações e serviços prestados, buscando alcançar eficiência, eficácia, efetividade social e qualidade em suas atividades;
 - c) Aplicar os recursos transferidos pela CONCEDENTE exclusivamente na execução do objeto da presente parceria, conforme Plano de Trabalho, observando-se as proibições estabelecidas no art. 45 da Lei 13.019/2014 e na cláusula décima segunda deste Termo de Colaboração;
 - d) Manter escrituração contábil regular;
 - e) Manter os registros de cadastros dos usuários e os registros de participação dos usuários nas atividades (listas de presenças/registros fotográficos) devidamente organizados para acesso da equipe de monitoramento e avaliação, bem como demais órgãos de fiscalização, pelo prazo de 10 (dez) anos;
 - f) Manter registros, arquivos e controles contábeis específicos para os dispêndios relativos a este Termo de Colaboração, pelo prazo de 10 (dez) anos após a prestação de contas;
 - g) Prestar gratuitamente os atendimentos relativos ao objeto do Termo de Colaboração;
 - h) Divulgar na internet e/ou em locais visíveis de sua sede social e dos estabelecimentos em que exerça suas ações a parceria celebrada com o poder público, contendo, no mínimo, as informações requeridas no parágrafo único do art. 11 da Lei nº 13.019/2014 e suas alterações;
 - i) Manter e movimentar os recursos na conta bancária específica, na forma do art. 51 da Lei nº 13.019/2014;
 - j) Garantir o livre acesso dos agentes públicos da Administração Municipal CONCEDENTE, inclusive dos responsáveis pelo controle interno, bem como, do Tribunal de Contas do Estado do Paraná aos processos, aos documentos e às informações referentes ao presente Termo e Colaboração, bem como aos locais de execução do objeto;
 - k) Responsabilizar-se exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;
 - l) Prestar contas dos recursos financeiros repassados pelo CONCEDENTE, na forma estabelecida no presente instrumento;

m) Quanto aos bens materiais e/ou equipamentos adquiridos com os recursos deste Termo de Colaboração:

1. utilizar os bens materiais e/ou equipamentos em conformidade com o objeto pactuado;
2. garantir sua guarda e manutenção;
3. comunicar imediatamente à CONCEDENTE qualquer dano que os bens vierem a sofrer;
4. arcar com todas as despesas referentes a transportes, guarda, conservação, manutenção e recuperação dos bens;
5. em caso de furto ou de roubo, levar o fato, por escrito, mediante protocolo, ao conhecimento da autoridade policial competente, enviando cópia da ocorrência à CONCEDENTE, além da proposta para reposição do bem, de competência da PROPONENTE;

n) Manter, durante toda a parceria, as condições exigidas nos art. 33 e 34 da Lei nº 13.019, de 2014;

o) Garantir a manutenção da equipe técnica em quantidade e qualidade adequadas ao bom desempenho das atividades;

p) Prestar contas no Sistema Integrado de Transferências do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (SIT - TCE/PR), de forma regular, pelo menos no fechamento de cada bimestre e, obrigatoriamente, no prazo de 30 (trinta) dias a partir do encerramento da parceria, declarando todas as informações e apresentando os documentos solicitados;

q) Comunicar à CONCEDENTE suas alterações estatutárias, após o registro em cartório, bem como, a alteração do quadro dirigente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS PROIBIÇÕES

I - Fica proibido à PROPONENTE:

- a)** A redistribuição dos recursos recebidos a outras entidades, congêneres ou não;
- b)** Integrar dirigentes que também sejam agentes políticos do governo CONCEDENTE;
- c)** Realizar despesas e pagamentos fora da vigência deste Termo de Colaboração;
- d)** Utilizar recursos para finalidade diferente da prevista no Plano de Trabalho
- e)** Utilizar os recursos recebidos em pagamento de despesas diversas, não compatíveis com o objeto deste Termo de Colaboração;
- f)** Executar pagamento antecipado a fornecedores de bens e serviços;
- g)** Transferir recursos da conta corrente específica para outras contas bancárias;
- h)** Retirar recursos da conta específica para outras finalidades com posterior ressarcimento;
- i)** Pagamento de despesa bancaria.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA ALTERAÇÃO OU MODIFICAÇÃO DO TERMO DE COLABORAÇÃO

I - O Termo de Colaboração poderá ser alterado ou sofrer modificações no Plano de Trabalho, nas hipóteses previstas em Lei e regulamento, desde que não seja transfigurado o objeto da parceria, mediante proposta devidamente formalizada e justificada.

II - A vigência do Termo de Colaboração poderá ser alterada mediante solicitação da PROPONENTE, devidamente formalizada e justificada, de acordo com a Lei n.º 13.019/2014 e com o Decreto Municipal nº 9.309/2022, a ser apresentada à CONCEDENTE com antecedência mínima de 30 (trinta) dias antes do prazo inicialmente previsto.

III - A prorrogação de ofício da vigência do termo de Colaboração deve ser feita pela CONCEDENTE quando ela der causa a atraso na liberação de recursos financeiros, limitada ao exato período do atraso verificado.

IV- O plano de trabalho da parceria poderá ser revisto para alteração de valores ou de metas, mediante termo de apostilamento ou termo aditivo ao plano de trabalho original, na forma do artigo 42 do Decreto Municipal n.º 9.309/2022.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO GESTOR DA PARCERIA

I - A CONCEDENTE indica como Gestor da parceria a Servidora Sra. Aline Maiara Demetrio Santos, Psicóloga da Equipe Multidisciplinar, matrícula nº 10492-2, dentro dos padrões determinados pela legislação, o qual será responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do Termo de Colaboração, procedendo ao registro das ocorrências e adotando as providências necessárias ao seu fiel cumprimento.

II - Entre suas atribuições está a de apurar a ocorrência de quaisquer circunstâncias que incidam especificamente nos art. 69 do Decreto Municipal 9.309/2022 e art. 73 da Lei 13.019/2017, que trata das Sanções Administrativas para o caso de inadimplemento contratual e cometimento de outros atos ilícitos.

III - O Gestor emitirá parecer conclusivo de análise da prestação de contas final, levando em consideração este relatório e as demais atribuições indicadas no art. 61 da Lei 13.019/14.

IV - As decisões e providências que ultrapassem a competência do gestor deverão ser solicitadas à autoridade superior, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

I - Compete ao CONCEDENTE realizar procedimentos de fiscalização da presente parceria, com caráter preventivo e saneador, podendo, para tanto, proceder ao amplo exame de documentos físicos ou digitais, bem como, realizar visitas *in loco*, para fins de monitoramento e avaliação da correta execução do objeto e aplicação dos valores repassados e do regular cumprimento da Lei 13.019/2014, do Decreto Municipal nº 9.309/2022 e do Plano de Trabalho aprovado.

II - Sempre que houver visita técnica *in loco*, o resultado será circunstanciado em Relatório de Visita Técnica *in loco*, que será enviado à PROPONENTE para conhecimento, esclarecimentos e providências e poderá ensejar a revisão do relatório, a critério do CONCEDENTE.

III - O gestor da parceria, juntamente com a Comissão de Avaliação e Monitoramento nomeada através da Portaria nº 468/2023, será responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do Termo de Colaboração, procedendo ao registro das ocorrências e adotando as providências necessárias ao seu fiel cumprimento.

IV- O gestor da parceria emitirá parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final, levando em consideração o conteúdo do relatório técnico de monitoramento e avaliação de que trata o art. 59 da Lei 13019/2014, esse parecer pode ser efetuado a qualquer momento, e é obrigatório ao menos ao final de cada ano civil e no final da transferência, analisando os objetivos atingidos, e o submeterá à Comissão de Monitoramento e Avaliação designada, para proceder à homologação.

V - Conforme dispõe a Lei nº 13.019/2014, alterada pela Lei nº 13.204/2015, o relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria, sem prejuízo de outros elementos, deverá conter:

- a) Descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;

- b) Análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;
- c) Valores efetivamente transferidos pela administração pública;
- d) Análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela organização da sociedade civil na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos no presente Termo de Colaboração;
- e) Análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.

VI - No caso de parcerias financiadas com recursos de fundos específicos, o monitoramento e a avaliação serão realizados pelos respectivos conselhos gestores.

VII - O CONCEDENTE poderá e, nas condições estabelecidas em regulamento, deverá realizar pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho, como subsídio na avaliação da parceria.

VIII - As decisões e providências que ultrapassarem a competência do gestor e da Comissão de Avaliação e Monitoramento deverão ser solicitadas à autoridade superior, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

I - A PROPONENTE deverá prestar contas da boa e regular aplicação dos recursos financeiros recebidos, visando demonstrar os resultados da parceria, apresentando elementos que permitam avaliar a execução do objeto e o alcance de metas.

II - Para fins de prestação de contas anual e final, a PROPONENTE deve apresentar relatório de execução do objeto, contendo:

- a) A demonstração do alcance das metas referentes ao período de que trata a prestação de contas;
- b) A descrição das ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto;
- c) Os documentos de comprovação do cumprimento do objeto, como listas de presença, fotos, vídeos, entre outros; e
- d) os documentos de comprovação do cumprimento da contrapartida, quando houver.

III - O relatório de que trata o item II deve, ainda, fornecer elementos para avaliação:

- a) Dos impactos econômicos ou sociais das ações desenvolvidas;
- b) Do grau de satisfação do público-alvo, que pode ser indicado por meio de pesquisa de satisfação, declaração de entidade pública ou privada local e declaração do conselho de política pública setorial, entre outros; e
- c) Da possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto.

IV - As informações de que trata o item III serão fornecidas por meio da apresentação de documentos e por outros meios previstos no plano de trabalho, conforme definido no inciso IV do caput do art. 24 do Decreto Municipal nº 9309/2022.

V - Caso a PROPONENTE não comprove o alcance das metas, deverá apresentar justificativa, além de relatório de execução financeira, contendo:

- a) A relação das receitas e despesas realizadas, inclusive rendimentos financeiros, que possibilitem a comprovação da observância do plano de trabalho;

- b) O comprovante da devolução do saldo remanescente da conta bancária específica, quando houver;
- c) O extrato da conta bancária específica;
- d) A memória de cálculo do rateio das despesas, quando for o caso, que deverá conter a indicação do valor integral da despesa e o detalhamento da divisão de custos, especificando a fonte de custeio de cada fração, com identificação do número e do órgão ou entidade da parceria, vedada a duplicidade ou a sobreposição de fontes de recursos no custeio de uma mesma parcela da despesa;
- e) A relação de bens adquiridos, produzidos ou transformados, quando houver; e
- f) Cópia simples das notas e dos comprovantes fiscais ou recibos, inclusive holerites, com data do documento, valor, dados da organização da sociedade civil e do fornecedor e indicação do produto ou serviço.

VI - A CONCEDENTE, através de servidor designado para este fim, promoverá a análise do relatório de execução financeira de que trata o item V, observando-se o disposto no art. 56 do Decreto Municipal n.º 9.309/2022.

VII - A inadimplência ou irregularidade na prestação de contas ensejará a aplicação das penalidades cabíveis, conforme disposto no presente instrumento.

VIII - Todos os documentos referentes à prestação de contas deverão ser devidamente protocolados, observando-se o procedimento padronizado de protocolo no âmbito do Poder Público CONCEDENTE, dirigidos ao Gestor da parceria.

Subcláusula Primeira - Da Prestação de Contas Anual

I - Caso a parceria seja prorrogada, apresentando vigência superior a 01 (um) ano, assim como nas parcerias inicialmente pactuadas por prazo superior a 01 (um) ano, a PROPONENTE deve apresentar prestação de contas anual para fins de monitoramento do cumprimento das metas previstas no plano de trabalho, no prazo de até 30 (trinta) dias após o fim de cada exercício.

II - A prestação de contas anual consistirá na apresentação do relatório parcial de execução do objeto na plataforma eletrônica, que deverá observar o disposto no item II da Cláusula Décima Sexta e art. 54 do Decreto Municipal n.º 9.309/2022.

III- Na hipótese de omissão no dever de prestação de contas anual, o gestor da parceria notificará a PROPONENTE para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar a prestação de contas.

- a) Se persistir a omissão de que trata este item, aplica-se o disposto no § 2º do art. 70 da Lei Federal nº 13.019, de 2014.

IV- A análise da prestação de contas anual será realizada por meio da produção de relatório técnico de monitoramento e avaliação, que conterà:

- a) Os elementos dispostos no § 1º do art. 59 da Lei Federal nº 13.019, de 2014; e
- b) O parecer técnico de análise da prestação de contas anual, observado o disposto no art. 59, § 1º, II do Decreto Municipal n.º 9.309/2022.

V - Na hipótese de o relatório técnico de monitoramento e avaliação evidenciar irregularidade ou inexecução parcial do objeto, o gestor da parceria notificará a PROPONENTE para, no prazo de 30 (trinta) dias:

- a) Sanar a irregularidade;
- b) Cumprir a obrigação; ou
- c) Apresentar justificativa para impossibilidade de saneamento da irregularidade ou cumprimento da obrigação.

VI - O gestor avaliará o cumprimento do disposto no item anterior e atualizará o relatório técnico de monitoramento e avaliação, conforme o caso.

VII - Serão glosados valores relacionados às metas descumpridas sem justificativa suficiente.

VIII - Na hipótese dos itens V e VI, se persistir irregularidade ou inexecução parcial do objeto, o relatório técnico de monitoramento e avaliação:

a) Caso conclua pela continuidade da parceria, deve determinar:

1. A devolução dos recursos financeiros relacionados à irregularidade ou inexecução apurada ou à prestação de contas não apresentada; e
2. A retenção das parcelas dos recursos, nos termos do art. 33 do Decreto Municipal n.º 9.309/2022.

b) Caso conclua pela rescisão unilateral da parceria, deve determinar:

1. A devolução dos valores repassados relacionados à irregularidade ou inexecução apurada ou à prestação de contas não apresentada; e
2. A instauração de tomada de contas especial, se não houver a devolução de que trata a alínea “a” no prazo determinado.

IX - O relatório técnico de monitoramento e avaliação será submetido à comissão de monitoramento e avaliação, que o homologará no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias, contados de seu recebimento, cabendo ao gestor da parceria adotar as providências indicadas.

Subcláusula Segunda - Da Prestação de Contas Final

I - A PROPONENTE deve apresentar prestação de contas final, por meio do relatório final de execução do objeto, devendo conter os elementos previstos no II da Cláusula Décima Sexta e art. 54 do Decreto Municipal n.º 9.309/2022, relatório de execução financeira, bem como, se for o caso, o comprovante de devolução de eventual saldo remanescente de que trata o art. 52da Lei Federal nº 13.019/2014 e a previsão de reserva de recursos para pagamento das verbas rescisórias de que trata o § 3º do art. 41 do Decreto Municipal nº 9309/2022.

II - O relatório final de execução do objeto deverá ser apresentado no prazo de 30 (trinta) dias, contados do término da execução da parceria, prorrogável por até 15 (quinze) dias, mediante solicitação prévia da PROPONENTE, devidamente justificada e aceita pelo gestor;

III – Caso ocorra a notificação da PROPONENTE, esta deve apresentar, ainda, relatório final de execução financeira, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do término da vigência da parceria, prorrogável por até 15 (quinze) dias, mediante solicitação prévia, devidamente justificada e aceita pelo gestor.

IV- A análise da prestação de contas final pela CONCEDENTE será formalizada por meio de parecer técnico conclusivo, que deverá verificar o cumprimento do objeto e o alcance das metas previstas no plano de trabalho e considerará:

- a)** O relatório final de execução do objeto;
- b)** Os relatórios parciais de execução do objeto, para parcerias com duração superior a 01(um) ano;
- c)** O relatório final de execução financeira;
- d)** O relatório de visita técnica in loco, quando houver; e
- e)** O relatório técnico de monitoramento e avaliação, quando houver.

V - Além da análise do cumprimento do objeto e do alcance das metas previstas no plano de trabalho, o gestor da parceria, em seu parecer técnico, avaliará os efeitos da parceria, devendo mencionar os elementos de que trata o item III da Cláusula Décima Sexta.

VI - Na hipótese de a análise de que trata o item IV desta Subcláusula concluir que houve descumprimento das metas estabelecidas no plano de trabalho ou evidência de irregularidade, o gestor da parceria, antes da emissão do parecer técnico conclusivo, notificará a organização da sociedade civil para que apresente relatório final de execução financeira, que deverá observar o disposto no item V da Cláusula Décima Sexta.

VII - O parecer técnico conclusivo da prestação de contas final embasará a decisão da autoridade competente e deve concluir pela:

- a)** Aprovação das contas;
- b)** Aprovação das contas com ressalvas; ou
- c)** Rejeição das contas.

VIII - A aprovação das contas ocorrerá quando constatado o cumprimento do objeto e das metas da parceria, conforme disposto neste Decreto.

IX - A aprovação das contas com ressalvas ocorrerá quando, apesar de cumpridos o objeto e as metas da parceria, for constatada impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário.

X - A rejeição das contas ocorrerá nas seguintes hipóteses:

- a)** Omissão no dever de prestar contas;
- b)** Descumprimento injustificado do objeto e das metas estabelecidos no plano de trabalho;
- c)** Dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico; ou
- d)** Desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

XI - A rejeição das contas não pode ser fundamentada unicamente na avaliação dos efeitos da parceria, segundo os critérios definidos no art. 54, § 1º do Decreto Municipal n.º 9.309/2022.

XII - A decisão sobre a prestação de contas final cabe ao secretário (a) da pasta à qual se relaciona a parceria.

XIII - A PROPONENTE será notificada da decisão de que trata item VII desta Subcláusula e poderá:

- a)** Apresentar recurso, no prazo de 30 (trinta) dias, à autoridade que a proferiu, a qual, senão reconsiderar a decisão no prazo de 30 (trinta) dias encaminhará o recurso ao Prefeito, para decisão final no prazo de trinta dias; ou
- b)** Sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, prorrogável, no máximo, por igual período.

XIV - Exaurida a fase recursal, a CONCEDENTE deverá:

- a)** No caso de aprovação com ressalvas da prestação de contas, indicar as causas das ressalvas; e
- b)** No caso de rejeição da prestação de contas, notificar a organização da sociedade civil para que, no prazo de 30 (trinta) dias:
 - 1.** Devolva os recursos financeiros relacionados à irregularidade ou à inexecução do objeto, apurada ou com a prestação de contas não apresentada; ou
 - 2.** Solicite o ressarcimento ao erário por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, nos termos do § 2º do art. 72, da Lei Federal nº 13.019, de 2014.

XV - A aprovação com ressalvas da prestação de contas possui caráter preventivo e será considerada na eventual aplicação das sanções de que trata o Capítulo VIII do Decreto Municipal nº 9309/2022.

XVI - A administração pública municipal deve se pronunciar sobre a solicitação de que trata o subitem “b”, do item XIII desta subcláusula, no prazo de 30 (trinta) dias.

XVII - A realização das ações compensatórias de interesse público não deve ultrapassar a metade do prazo previsto para a execução da parceria.

XVIII - Compete exclusivamente ao Prefeito autorizar o ressarcimento de que trata o subitem 2, "b", do item XIV desta subcláusula.

XIX - Na hipótese do item XIV, "b" desta Subcláusula, o não ressarcimento ao erário ensejará:

- a) A instauração da tomada de contas especial, nos termos da legislação vigente; e
- b) O registro da rejeição da prestação de contas e de suas causas, enquanto perdurarem os motivos determinantes da rejeição.

XX - O prazo de análise da prestação de contas final pela CONCEDENTE será de até 150 (cento e cinquenta) dias, contados da data de recebimento do relatório final de execução do objeto, podendo ser prorrogado, por igual período, desde que devidamente justificado, não podendo exceder o limite de 300 (trezentos) dias.

XXI - O transcurso do prazo definido no item anterior, sem que as contas tenham sido apreciadas:

- a) Não impede que a organização da sociedade civil participe de outros chamamentos públicos e celebre novas parcerias; e
- b) Não implica impossibilidade de sua apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA RESPONSABILIDADE E DAS SANÇÕES

I - Pela execução da parceria em desacordo com o Plano de Trabalho e com as normas específicas, a CONCEDENTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à PROPONENTE, as seguintes sanções:

- a) Advertência;
- b) Suspensão temporária de participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da Administração pública sancionadora, por prazo não superior a 02 (dois) anos.
- c) Declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos ou entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

II - Prescreve em cinco anos, cotados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidades decorrente de infração relacionada à execução da parceria. A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado a apuração da infração.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA EXTINÇÃO DO TERMO DE COLABORAÇÃO

I - O presente Termo de Colaboração poderá ser:

- a) extinto por decurso de prazo;
- b) extinto, de comum acordo antes do prazo avençado, mediante Termo de Distrato;
- c) denunciado, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe; ou

d) rescindido, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe, nas seguintes hipóteses:

1. descumprimento injustificado de cláusula deste instrumento;
2. irregularidade ou inexecução injustificada, ainda que parcial, do objeto, resultados ou metas pactuadas;
3. omissão no dever de prestação de contas anual, nas parcerias com vigência superior a um ano, sem prejuízo do disposto no §2º do art. 70 da Lei nº 13.019, de 2014;
4. violação da legislação aplicável;
5. cometimento de falhas reiteradas na execução;
6. malversação de recursos públicos;
7. constatação de falsidade ou fraude nas informações ou documentos apresentados;
8. não atendimento às recomendações ou determinações decorrentes da fiscalização;
9. descumprimento das condições que caracterizam a PROPONENTE como OSC (art. 2º, inciso I, da Lei nº 13.019, de 2014);
10. paralisação da execução da parceria, sem justa causa e prévia comunicação à Administração Pública;
11. quando os recursos depositados em conta corrente específica não forem utilizados no prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, salvo se houver execução parcial do objeto e desde que previamente justificado pelo gestor da PROPONENTE e autorizado pelo Prefeito Municipal; e
12. outras hipóteses expressamente previstas na legislação aplicável.

II - A denúncia só será eficaz 60 (sessenta) dias após a data de recebimento da notificação, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença.

III - Em caso de denúncia ou rescisão unilateral por parte da CONCEDENTE, que não decorra de culpa, dolo ou má gestão da PROPONENTE, o Poder Público ressarcirá a parceira privada dos danos emergentes comprovados que houver sofrido.

IV - Em caso de denúncia ou rescisão unilateral por culpa, dolo ou má gestão por parte da PROPONENTE, devidamente comprovada, a organização da sociedade civil não terá direito a qualquer indenização.

V - Os casos de rescisão unilateral serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

VI - O prazo de defesa será de 10 (dez) dias da abertura de vista do processo.

VII - Na hipótese de irregularidade na execução do objeto que enseje dano ao erário, deverá ser instaurada Tomada de Contas Especial caso os valores relacionados à irregularidade não sejam devolvidos no prazo estabelecido pela Administração Pública.

VIII - Outras situações relativas à extinção da parceria não previstas na legislação aplicável ou neste instrumento poderão ser reguladas em Termo de Encerramento da Parceria a ser negociado entre as partes ou, se for o caso, no Termo de Distrato.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA RESTITUIÇÃO DOS RECURSOS

I - Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, caso não aplicados no objeto da parceria, serão devolvidos ao CONCEDENTE no prazo improrrogável de 30

(trinta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da Administração Pública.

II - A PROPONENTE compromete-se, ainda, a restituir o valor transferido nos seguintes casos:

- a) Inexecução do objeto;
- b) Falta de apresentação de prestação de contas, no prazo exigido; ou
- c) Utilização dos recursos em finalidade diversa da estabelecida no presente instrumento, ainda que em caráter de emergência.

III - Os débitos a serem restituídos deverão ser atualizados monetariamente desde a data do recebimento, observando-se a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, calculado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, bem como, acrescidos de juros mensais de 1%, calculados da seguinte forma:

- a) nos casos em que for constatado dolo da organização da sociedade civil ou de seus prepostos, os juros serão calculados a partir das datas de liberação dos recursos, sem subtração de eventual período de inércia da administração pública municipal quanto ao prazo de que trata o § 3º do art. 67 do Decreto Municipal n.º 9.309/2022; e
- b) nos demais casos, os juros serão calculados a partir:
 - 1. do decurso do prazo estabelecido no ato de notificação da organização da sociedade civil ou de seus prepostos para restituição dos valores ocorrida no curso da execução da parceria; ou
 - 2. do término da execução da parceria, caso não tenha havido a notificação de que trata a alínea “a” deste inciso, com subtração de eventual período de inércia da administração pública municipal quanto ao prazo de que trata o § 3º do art. 67 do Decreto Municipal n.º 9.309/2022.

IV - A PROPONENTE deverá recolher à conta da CONCEDENTE o valor correspondente a rendimentos de aplicação no mercado financeiro, referente ao período compreendido entre a liberação do recurso e sua utilização, quando não comprovar o seu emprego na consecução do objeto, ainda que não tenha feito aplicação.

V - A restituição do valor não exime a PROPONENTE de cumprir todas as sanções que lhes forem regularmente aplicadas, com base no presente Termo de Colaboração e na legislação vigente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA DESTINAÇÃO DOS BENS REMANESCENTES

I - Após o fim da parceria, os bens remanescentes que tiverem sido adquiridos com os recursos repassados serão destinados:

- a) ao CONCEDENE, quando necessários para assegurar a continuidade do objeto pactuado, seja por meio da celebração de nova parceria ou pela execução direta do objeto pela administração pública municipal; ou
- b) à PROPONENTE, quando forem úteis à continuidade da execução de ações de interesse social pela organização.

II - Na hipótese do subitem “a”, acima, a PROPONENTE deverá, a partir da data da apresentação da prestação de contas final, disponibilizar os bens à CONCEDENTE, que deverá retirá-los, no prazo de até noventa dias, após o qual a organização da sociedade civil **não mais será responsável pelos bens.**

III - Na hipótese do subitem “b” acima, a PROPONENTE poderá realiza doação a terceiros, inclusive beneficiários da política pública objeto da parceria, desde que demonstrada sua utilidade para realização ou continuidade de ações de interesse social.

IV - Na hipótese do subitem “b” acima, caso a prestação de contas final seja rejeitada, a titularidade dos bens remanescentes permanecerá com a PROPONENTE, observados os seguintes procedimentos:

- a)** não será exigido ressarcimento do valor relativo ao bem adquirido quando a motivação da rejeição não estiver relacionada ao seu uso ou aquisição; ou
- b)** o valor pelo qual o bem remanescente foi adquirido deverá ser computado no cálculo do dano ao erário a ser ressarcido, quando a motivação da rejeição estiver relacionada ao seu uso ou aquisição.

V - Na hipótese de dissolução da organização da sociedade civil PROPONENTE durante a vigência da parceria os bens remanescentes deverão ser retirados pela CONCEDENTE, no prazo de até noventa dias contados da data de notificação da dissolução, exceto se aprovada proposta de doação a terceiros, de conformidade com o disposto no item III desta cláusula.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO

I - Fica eleito o foro da Comarca de Pato Branco-PR, para dirimir questões relativas ao presente contrato, com a expressa e formal renúncia de outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

II - Obrigatoriamente, será feita prévia tentativa de solução administrativa para dirimir eventuais questões relativas ao presente contrato.

Assim, por estarem certos e ajustados obrigando-se à bem e fielmente cumprir todas as disposições do Contrato.

Pato Branco, 11 de Dezembro de 2024.

Município de Pato Branco - Concedente
Robson Cantu - Prefeito

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Pato Branco - Proponente
Neri Santos de Vargas - Representante Legal

ANEXO I – PLANO DE TRABALHO

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de

Pato Branco – APAE

CNPJ. 77,130,953/0001-07 – R.R.D SOB. Nº 475-A
(46) 3224-4440 – Travessa A. Borges, 152 – Bairro São Vicente
CX. P. 232 85.506-390 – Pato Branco – PR
E-mail: patobranco@apaep.org.br

PLANO DE TRABALHO
RECURSO FUNDEB
2024



APAE – PATO BRANCO

**Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de
Pato Branco – APAE**

CNPJ. 77,130,953/0001-07 – R.R.D SOB. Nº 475-A
(46) 3224-4440 – Travessa A. Borges, 152 – Bairro São Vicente
CX. P. 232 85.506-390 – Pato Branco – PR
E-mail: patobranco@apaep.org.br

PLANO DE TRABALHO

1. IDENTIFICAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL - OSC

Razão Social da OSC: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Pato Branco		
CNPJ: 77.130.953/0001-07		
Endereço: Travessa Borges – 152 - São Vicente		
CEP: 85.506-390	Telefone: (46) 3224 4440	
E-mail: patobranco@apaep.org.br		
Conta corrente: 113-9	Banco: Brasil	Agência: 8563-4

1.1 IDENTIFICAÇÃO DO DIRIGENTE OU RESPONSÁVEL- OSC

Representante Legal da OSC: Neri Santos de Vargas	
CPF: 195.110.270-34	RG: 4.632.992-9
Endereço: Rua Joaquim Nabuco - 200	
CEP: 85.503-360	Telefone: (46) 99111-9752
Email: neridevargas@gmail.com	

1.2 IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELO PROJETO

Responsável pelo Projeto: Marilu Corrêa de Moura Vendrusculo	
CPF: 841.419.649-72	RG: 5.282.629-2
Endereço: Rua Mato Grosso – nº 60 apto: 201	
CEP: 85.501-200	Telefone: (46) 98801 6436
Email: direcao.patobranco@apaep.org.br	

Responsável pelo Projeto: Adinara Lopes Conceição	
CPF: 007.023.869-36	RG: 6.987.554-8
Endereço: Rua Presidente Juscelino - 409	
CEP: 85.507-370	Telefone: (46) 99134 7591
Email: direcao02.patobranco@apaep.org.br	

2- APRESENTAÇÃO E HISTÓRICO DA OSC

A APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Pato Branco – Pr, sob o CNPJ nº 77.130.953/0001-07 foi fundada em dezesseis de março de 1976, na época mantenedora da Escola Especializada Recanto Feliz, atualmente mantenedora das unidades Carlos Almeida e Zilda Arns, uma sociedade de direito privado e sem fins lucrativos. A APAE presta atendimento nas áreas da assistência social, educação e saúde aos usuários da área Rural e Urbana do município, sendo crianças, adultos e idosos com deficiência intelectual e/ou múltiplas de ambos os sexos e tem como principal objetivo promover e articular ações de defesa e garantia de direitos, prevenção, orientação, reabilitação, atendimento e apoio aos usuários e as famílias, direcionadas à melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência intelectual e/ou múltiplas. O atendimento tem início com a acolhida e a escuta ativa e qualificada do usuário e sua família e a elaboração conjunta de um Plano de Atendimento Individual ou Familiar. As atividades no serviço são realizadas por uma equipe multiprofissional, multidisciplinar e de atuação interdisciplinar, sob distintas metodologias de escuta e expressão das relações (reuniões, leituras, vídeos, música, grupos focais, atenção individualizada, atividades em oficinas diversificadas como, música, teatro, atividades de esporte e lazer, dentre outras), não apenas nos espaços físicos da unidade, mas envolvendo o domicílio, o bairro, a comunidade, clubes, cinemas, praças, entre outros espaços, com o objetivo de promover: Convivência familiar, grupal e comunitária, fortalecimento de vínculos e cuidados pessoais; Ampliação das relações sociais para evitar o isolamento social; Identificação de tecnologias assistivas de autonomia e convivência na APAE, no domicílio e na comunidade; Inclusão em outros serviços no território (educação, consultas, reabilitação, odontologia, atividades culturais, de esporte e lazer) acesso a benefícios (BPC) e benefícios eventuais; e Orientação e apoio aos cuidadores familiares. A entidade é mantida por meio de convênios públicos, com a Prefeitura Municipal, Projetos e Programas Estaduais e Federais e de Doações captados junto à Comunidade Patobranquense.

A APAE executa o **Programa de Habilitação e Reabilitação da pessoa com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária**, nos termos da Resolução CNAS nº 34/2011 e dentro do programa, executa o **Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, idosas e suas Famílias**, ofertado na Unidade Referenciada – APAE, conforme a Resolução CNAS nº 109/2009.

A APAE possui representatividade nos seguintes Conselhos:

- Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS
- Conselho Municipal de Saúde – CMS
- Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA
- Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CMDPD
- Conselho Municipal do Idoso - CMI

3- DESCRIÇÃO DO PROJETO

Título do Projeto: **APRIMORANDO ESPAÇOS E OS MEIOS DE APRENDIZAGEM E SOCIALIZAÇÃO DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA**

Identificação do Objeto: **RECURSOS DO FUNDEB**

Período de Execução: **12 MESES A PARTIR DO REPASSE FINANCEIRO**

3.1- DESCRIÇÃO DA REALIDADE QUE SERÁ OBJETO DA PARCERIA

A **ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PATO BRANCO**, mantenedora das escolas de Educação Básica na modalidade Especial, Carlos Almeida e Zilda Arns atende atualmente **308 alunos**, com uma demanda crescente e considerável, principalmente na área da educação infantil. Para melhor atender essa demanda faz-se necessário oferecer um ambiente convidativo, acolhedor, seguro e favorável ao desenvolvimento cognitivo, emocional e social de nossos alunos. Os Recursos do FUNDEB são de grande importância e ajuda para a viabilização de melhorias, quer sejam elas realizadas através de construção/reforma/ampliação/adaptações e aquisição de materiais que são necessários num ambiente escolar.

3.2 PUBLICO ALVO

Nº de Atendidos	Faixa etária	Modalidade de atendimento
186,5 (base de cálculo para o FUNDEB) 308 matriculados atualmente e frequentando	0 a 72 anos	Ed. Infantil, Ensino Fundamental e EJA na Modalidade Especial

4- OBJETIVOS

4.1. OBJETIVO GERAL

Este projeto tem como finalidade principal promover a melhoria de forma geral no ambiente escolar, proporcionando a construção de forma emergencial de novas salas de aula em formato de container na escola Zilda Arns a aquisição de materiais e equipamentos que venham atender as reais necessidades dos alunos, a revitalização dos espaços físicos que compreendem a APAE de Pato Branco, proporcionando um ambiente de convivência e aprendizagem mais acolhedor e seguro, com disponibilidade de recursos físicos e materiais, promovendo a qualidade no ensino, acessibilidade e a permanência, garantindo assim o efetivo direito ao desenvolvimento integral do aluno com deficiência.

4.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Construção de novas salas de aula em formato de Container;
- Manutenção e Reforma dos espaços físicos já existentes da escola;
- Aquisição de materiais e equipamentos para suprimento e manutenção da escola, melhorando assim a qualidade das atividades voltadas direta e indiretamente aos alunos com deficiência;
- Reorganizar os espaços da escola para torná-la mais receptiva, agradável garantindo a permanência do aluno na escola.
- Através de materiais diversificados, atender com qualidade as diferentes demandas da instituição.

5 - ESPECIFICAÇÕES DE METAS, INDICADORES DE E MEIOS PARA AFERIÇÃO DO CUMPRIMENTO

Metas Qualitativas		Indicador de aferição de cumprimento das metas	Meios de verificação
1	Promover através da aquisição de equipamentos, reforma e ampliação (construção emergencial de Módulos em formato de Container para serem utilizados como salas de aula) a melhora na qualidade dos espaços e atendimento aos nossos alunos.	Satisfação dos usuários (alunos, familiares e funcionários)	Verificação / fiscalização in loco e fotos do antes e depois
2	Proporcionar um espaço acessível, acolhedor e seguro para os alunos com deficiências.	Satisfação dos usuários (alunos, familiares e funcionários)	Verificação / fiscalização in loco e fotos do antes e depois

Metas Quantitativas		Indicador de aferição de cumprimento das metas	Meios de verificação
1	Proporcionar segurança e qualidade as mais de 350 (pessoas) alunos/funcionários e familiares que circulam diariamente na instituição.	Satisfação dos usuários (alunos, familiares e funcionários)	Verificação / fiscalização in loco e fotos do antes e depois
2	Ressignificar o espaço escolar para melhor aproveitamento e atendimento.	Satisfação dos usuários (alunos, familiares e funcionários)	Verificação / fiscalização in loco e fotos do antes e depois

6 - METODOLOGIA/ AÇÕES DESENVOLVIDAS

A partir do repasse financeiro advindo dos recursos do FUNDEB, serão realizados os orçamentos dos itens (materiais/equipamentos) já pré-estabelecidos neste projeto. Na sequência, após análise dos orçamentos das empresas afins, será realizada a compra dos materiais necessários para a reforma e manutenção dos espaços que precisam ser revitalizados, bem como a contratação dos serviços referente a mão de obra desses serviços. Simultaneamente ou na sequência, a aquisição dos demais itens permanentes e de consumo, necessários também para a manutenção e do bom andamento e qualidade da escola. Para finalizar, após a aquisição dos itens e execução dos serviços, será realizada a prestação de contas do que foi gasto e executado a partir dos recursos do FUNDEB.

ATIVIDADE/AÇÃO	CARGA HORÁRIA	PERÍODO	QUANTIDADE DE
----------------	---------------	---------	---------------



				ATENDIMENTO
2	Orçamentos	-----	15 a 120 dias	-----
3	Contratação dos Serviços e compras dos materiais e Equipamentos	-----	15 a 120 dias	-----
4	Execução dos trabalhos / Reformas/ Manutenção	-----	30 a 120 dias	-----
5	Prestação de Contas	-----	30 dias	-----

7 - CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

Ativ	Descrição da Atividade	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5
1	Orçamentos	X	X	X	X	
2	Contratação do serviço e aquisição dos itens/materiais e equipamentos	X	X	X	X	
3	Execução do trabalho, construção, reforma e instalação dos aparelhos/materiais/equipamentos	X	X	X	X	
4	Prestação de contas					X

8- RECURSOS UTILIZADOS PARA DESENVOLVER O PROJETO

8.1-Bens permanentes (Recursos próprios da OSC).

Não serão utilizados recursos próprios.

8.2. IMÓVEL DE FUNCIONAMENTO DO PROJETO:

A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PATO BRANCO conta com duas sedes próprias destinadas aos atendimentos dos usuários. A APAE utiliza os espaços físicos da entidade para prestar atendimentos na área da educação, saúde e assistência social.

- a) **A APAE Carlos Almeida** com foco no atendimento aos bebês, crianças e adolescentes com deficiência intelectual e/ou múltiplas está localizada na Travessa Álvaro Borges nº 152, Bairro São Vicente, numa área de 3.283,79 m², contendo 1.728,92 m² de área construída, distribuídos nos seguintes espaços:



- Sala para secretaria, recepção e serviço de telefonia;
- Sala de Informática;
- Sala para direção;
- Sala para coordenação pedagógica;
- Sala para arte;
- Auditório;
- Quadra esportiva coberta;
- Salas de aula;
- Sala para professores;
- Sala para Educação Física;
- Sala para vídeo/TV pen drive e biblioteca;
- Almojarifado;
- Lavanderia;
- Refeitório;
- Cozinha.
- Sala para serviços financeiros;
- Sala para serviço de escrituração do SUS;
- Sala para fonoaudiologia;
- Sala para Terapeuta Ocupacional
- Sala para psicologia;
- Sala para fisioterapia;
- Sala para serviço social;
- Depósito;
- 08 banheiros, sendo 10 com sanitários, 05 chuveiros;
- Sala para arquivos e documentos “arquivo morto”;

b) A APAE Zilda Arns com foco no atendimento aos usuários adolescentes a partir de 16 anos, adultos e idosos com deficiência intelectual e/ou múltiplas está localizada na Rua Marília, nº791, Bairro São Roque, numa área total de 6.422 m², contendo 756 m² de área construída, distribuídos nos seguintes espaços:

- Sala para Fisioterapia/ Terapia Ocupacional
- Sala para Psicologia
- Sala para Serviço Social/ Fonoaudiologia
- Sala para os Professores/ Coordenação;
- 01 Sala para Artesanato

- 05 salas de aula
- 01 Sala de Arte
- Sala para lanche dos educadores e demais funcionários;
- Espaço para almoxarifado;
- Cozinha;
- Secretaria
- Sala de Direção;
- Hall de entrada (área coberta);
- 08 banheiros, 12 sanitários, 03 chuveiros;
- Lavanderia;
- Casa de Alvenaria para o programa de Horta e Jardinagem;
- 01 Cozinha Experimental
- 1 auditório
- Refeitório
- Depósito
- Quadra esportiva coberta

8.3 - RELATÓRIO DE CAPACIDADE TÉCNICA PARA EXECUÇÃO DO OBJETO DA PARCERIA

8.4- Recursos Humanos

Zilda Arns

Nome	Cargo/função/ registro profissional	Escolaridade Formação	Carga horária Semanal
Adinara Lopes conceição	Direção	Ens. Superior – Pedagogia	40 horas
Carmen R. G. Oenning	Direção auxiliar	Ens. Superior – Pedagogia	20 horas
Miguelina Santos	Pedagoga	Ens. Superior – Pedagogia	40 horas
Angela Maria Schilling	Secretária	Ensino Médio	40 horas
Heloiza Vialva	Aux. Adm.	Ensino Médio	40 horas
Alessandra Pereira Pinto Malmann	Atendente	Ensino Médio	40 horas
Amanda Ribeiro	Atendente	Ensino Médio	40 horas
Eni rosa Machado	Atendente	Ensino Médio	40 horas
Luciana Maciel Sutil Lara	Atendente	Ensino Médio	40 horas
Vanessa Aparecida Pavlosk	Atendente	Ensino Médio	40 horas
Bruno de Moraes Trindade	Atendente	Ensino Médio	40 horas
Marlice de Mattos	Instrutora	Ensino Médio	40 horas

Marilice Pegoraro	Instrutora	Ensino Médio	40 horas
Claudino Hein	Serviços Gerais	Ens. Fund.	40 horas
Elaine de Souza Siqueira	Serviços Gerais	Ens. Fund.	40 horas
Iane Ap. Rodrigues Duarte	Serviços Gerais	Ensino Médio	40 horas
Débora de Oliveira	Serviços Gerais	Ensino Médio	40 horas
Dilceia da Silva Santeti	Merendeira	Ensino Fund.	40 horas
Edineia Valardão	Merendeira	Ensino Médio	40 horas
Alexandra B. Rossetto	Professora	Ens. Superior -Ciências/Hab. Matemática	40 horas
Adriana C. Medeiros	Professora	Ens. Superior – Pedagogia	20 horas
Aline Marques da Rosa	Professora	Ens. Superior – Pedagogia	20 horas
Andressa da Silva	Professora	Ens. Superior – Pedagogia	40 horas
Clairê Copelli	Professora	Ens. Superior – Ed. Física	40 horas
Janete Quaresma	Professora	Ens. Superior – Pedagogia	20 horas
Josiane Rodrigues de Jesus	Professora	Ens. Superior – Pedagogia	20 horas
Jusseane Ana Rosa	Professora	Ens. Superior – Pedagogia	20 horas
Marcia Anita Favretto Pelosi	Professora	Ens. Superior – Pedagogia	20 horas
Priscila C. R. L. dos anjos	Professora	Ens. Superior – Pedagogia	20 horas
Poliane Fontoura	Professora	Ens. Superior – Pedagogia	20 horas
Patrícia Natiley Ribeiro	Professora	Ens. Superior – Pedagogia	20 horas
Nair Lima	Professora	Ens. Superior – Pedagogia	40 horas
Rita de Cássia Oening Miranda	Professora	Ens. Superior – Pedagogia	40 horas
Micheli Sandeske	Prof. Arte	Ens. Superior – Arte/ Pedagogia	24 horas
Zilaine Kraine	Prof. Arte	Ens. Superior – Arte	20 horas
Darlei José Rodrigues da Rosa	Prof. Arte	Ens. Superior – Arte	12 horas
Joel Nunes Carvalho	Prof. Ed. Física	Ens. Superior – Ed. Física	20 horas
João Luis Tonello de Oliveira	Prof. Ed. Física	Ens. Superior – Ed. Física	09 horas
Graziela Baretta	Fisioterapeuta	Ens. Superior – Fisioterapia	24 horas
Luize Vanessa Ricci	Psicóloga	Ens. Superior - Psicologia	20 horas
Luciana Dias Teixeira	Assistente Social	Ens. Superior – Serviço Social	15 horas

Carlos Almeida

Nome	Cargo/função/ registro profissional	Escolaridade Formação	Carga horária Semanal
Marilu Corrêa de Moura Vendrusculo	Direção	Ens. Superior – Pedagogia	40 horas

Franciele Mason Barp	Direção auxiliar	Ens. Superior -	20 horas
Ana Paula Mascarello	Pedagoga	Ens. Superior – Pedagogia	40 horas
Nadia Rosa Pedrozo	Secretária	Ensino Superior - Cien. Contábeis	40 horas
Eloisa Cristina da Luz	Aux. Adm.	Ensino Médio	40 horas
Bruna Carolina Lagni	Atendente	Ensino Médio	40 horas
Carlíbeth do Los Angeles Gonzalez	Atendente	Ensino Médio	40 horas
Claudia Kurkevski da Costa	Atendente	Ensino Médio	40 horas
Diéssica Cercena	Atendente	Ensino Médio	40 horas
Isadora Favretto de Mello	Atendente	Ensino Médio	40 horas
Juliane de Oliveira	Atendente	Ensino Médio	40 horas
Rudinei dos Santos	Atendente	Ensino Médio	40 horas
Vera Lucia D. Corteller	Atendente	Ensino Médio	40 horas
Ana Ap. Nunes Tavares Molinett	Serviços Gerais	Ensino Médio	40 horas
Francelia Aparecida Tilton dos Passos	Serviços Gerais	Superior Incompleto	40 horas
Joceli Aparecida França	Serviços Gerais	Ensino Médio	40 horas
Poliane Bernardo Pereira	Serviços Gerais	Superior Completo	40 horas
Juliana de Souza Moreira	Merendeira	Ensino Médio	40 horas
Kátia Zanin Leite	Merendeira	Ensino Médio	40 horas
Aline Marques Rosa	Professora	Ens. Superior - Pedagogia	20 horas
Cleudes Marli Rodrigues Farias	Professora	Ens. Superior - Pedagogia	40 horas
Daiane de Oliveira	Professora	Ens. Superior – Pedagogia	40 horas
Ediana Trevisan Leite	Professora	Ens. Superior - Pedagogia	20 horas
Edinéia Sueli Néris Trojan	Professora	Ens. Superior - Pedagogia	20 horas
Eliane Oliveira	Professora	Ens. Superior - Pedagogia	20 horas
Fernanda Albiero Hendeges	Professora	Ens. Superior – Pedagogia	40 horas
Franciele Mason Barp	Professora	Ens. Superior - Pedagogia	20 horas
Inês Adelaide Dal Vesco	Professora	Ens. Superior - Pedagogia	40 horas
Larissa Gonçalves Pereira	Professora	Ens. Superior - Pedagogia	20 horas
Luana Valendorf	Professora	Ens. Superior - Pedagogia	20 horas
Luciana de Fátima Burille	Professora	Ens. Superior - Pedagogia	40 horas
Luciana Pereira da Cruz	Professora	Ens. Superior - Pedagogia	20 horas
Macsuel Junior Battisti	Professor	Ens. Superior - Pedagogia	20 horas
Patrícia Biensfeld Brambilla	Professora	Ens. Superior - Pedagogia	40 horas
Quitéria Lopes Ramos	Professora	Ens. Superior - Pedagogia	40 horas
Rozane Fátima Boni Getassi	Professora	Ens. Superior - Pedagogia	20 horas
Sandra Maria Baesso	Professora	Ens. Superior - Pedagogia	40 horas

Silvana Maria de Lima Zanardi	Prof. Arte	Ens. Superior – Arte	30 horas
Suzane Sanagiotto Faccin	Professora	Ens. Superior - Pedagogia	20 horas
Tania Maria B. de Oliveira	Prof. Arte	Ens. Superior - Arte	40 horas
Renan Ariel Sandeski	Prof. Arte	Ens. Superior – Arte	12 horas
Solon de Aguiar	Prof. Ed. Física	Ens. Superior – Ed. Física	40 horas
João Luis Tonello de Oliveira	Prof. Ed. Física	Ens. Superior – Ed. Física	02 horas
Danielli Luiza Chaves	Fisioterapeuta	Ens. Superior – Fisioterapia	30 horas
Marina de Ramos	Psicóloga	Ens. Superior – Psicologia	16 horas
Luciana Dias Teixeira	Assistente Social	Ens. Superior – Serviço Social	15 horas
Tatiana Ferreira dos Santos	Terapeuta Ocupacional	Ens. Superior – Terapia Ocupacional	08 horas
Dirceu Faccini	Motorista	Ensino Médio	40 horas
Luiz Carlos Svidinski	Motorista	Ensino Médio	40 horas

09- PLANO DE APLICAÇÃO

	1ª PARCELA	2ª PARCELA	3ª PARCELA	4ª PARCELA
4.4.91.52.26 INSTRUMENTOS MUSICAIS E ARTÍSTICOS				3.500,00
4.4.90.52.33 – EQUIPAMENTO PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO			30.000,00	
4.4.90.52.34 – MÁQUINAS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS			20.000,00	
4.4.90.52.35– EQUIPAMENTO DE PROCESSAMENTO DE DADOS				10.000,00
4.4.90.52.42 – MOBILIÁRIO EM GERAL			40.000,00	
4.4.90.52.51 - PEÇAS NÃO INCORPORÁVEIS A IMÓVEIS				6.000,00
4.4.91.51.99 – OUTRAS OBRAS E INSTALAÇÕES		589.030,60		
3.3.90.30.04 – GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS				15.000,00
3.3.90.30.21 - MATERIAL DE COPA E COZINHA				14.000,00
3.3.90.30.24 – MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS E IMÓVEIS	231.280,00			



3.3.90.30.26 – MATERIAL ELÉTRICO ELETRÔNICO	10.000,00			
3.3.90.39.05 – SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS	23.510,31			
3.3.90.39.77 – VIGILÂNCIA OSTENSIVA	10.000,00			
3.3.90.39.43 – SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA – NÃO DESTINADA A ILUMINAÇÃO PÚBLICA	25.000,00			
3.3.90.39.95 – MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE EQUIPAMENTOS			16.000,00	
3.3.90.39.16 MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	165.000,00			
TOTAL	464.790,31	589.030,60	106.000,00	48.500,00

9.4. DESPESAS QUE SERÃO PAGAS EM ESPÉCIE

9.4 Natureza do Recurso Origem do Recurso

Especificação	Concedente (R\$)
Bem permanente	698.530,60
Despesas de Custeio	509.790,31
Total Geral	1.208.320,91

10- DECLARAÇÃO

Na qualidade de representante da convenente, venho declarar que:

- a) A OSC preenche os requisitos mínimos para o seu enquadramento como beneficiário de parceria com o Município de Pato Branco;
- a) A OSC informará à concedente, a qualquer tempo, as ações desenvolvidas para viabilizar o acompanhamento e a avaliação do processo;
- b) A OSC prestará contas dos recursos transferidos pela concedente destinados à consecução do Plano de Trabalho e o objeto da parceria;
- c) A OSC receberá e movimentará os recursos exclusivamente em conta aberta somente para fins da parceria;
- d) A OSC não incorre em nenhuma das vedações explícitas na Lei 13.019/14;
- e) A OSC possui estrutura para a operacionalização da parceria tal como proposto, estando ciente da obrigação de seguir as normas legais e estando ciente de que a Prefeitura de Pato Branco, não presta consultoria jurídica, técnica, contábil, financeira ou operacional;
- f) A OSC não possui, em seu corpo diretivo, servidores da administração pública municipal ou parentes de até segundo grau, sanguíneos ou afins, de servidores públicos, diretores, presidentes, secretários ou outros cargos da administração do poder Público Municipal (Art.39, III da Lei 13.019);
- g) Declaro, para os devidos fins e sob as penas da Lei, que nossos proprietários, controladores, diretores respectivos cônjuges ou companheiros não são membros do Poder Legislativo da União, Estados, Distrito Federal e Municípios. (Art. 39, III da Lei 13.019/14);
- h) Declaro, para os devidos fins e sob as penas da Lei, que a OSC **ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PATO BRANCO** não tem Dívidas com o Poder Público e Inscrição nos Bancos de Dados Públicos ou Privados de Proteção ao Crédito;
- i) A OSC não possui nenhum impedimento legal para realizar a presente parceria;
- j) Nenhum dos diretores incorre nas vedações da legislação, em especial o art. 39, VII da Lei

13.019/2014;

- k) Informo que possuo todos os documentos originais referentes às cópias simples de documentos apresentados (cópias de certidões, comprovantes de RG, CPF, contrato social, comprovantes de residência e outros) e que os apresentará à **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA** quando solicitado e antes da assinatura da Parceira, para fins de conferência;
- l) Serão aceitas como oficiais as comunicações enviadas ao e-mail da entidade supra indicada, que serão consideradas lidas em até 2 dias úteis do envio;
- m) Declaro estar ciente do inteiro teor da legislação que rege a matéria, em especial da Lei 13.019/2014, tendo as condições legais de firmar a parceria com a administração pública e não incorrendo em nenhuma das vedações legais;

Com isso, pede-se a **APROVAÇÃO** do Projeto e Plano de Trabalho.

Pato Branco, 10 de julho de 2024.

Neri Santos de Vargas

Presidente - APAE – Pato Branco

11. PERÍODO DE EXECUÇÃO

O prazo de vigência deste recurso - FUNDEB será de 05 meses a partir da data do repasse financeiro.

Pato Branco, 10 de julho de 2024.

Neri Santos de Vargas
Presidente - APAE

Documento assinado digitalmente
 **NERI SANTOS DE VARGAS**
Data: 02/12/2024 11:31:00-0300
verifique em <https://validar.iti.gov.br>



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 7222-9DBB-95CB-4088

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



ROBSON CANTU (CPF 441.XXX.XXX-68) em 11/12/2024 09:25:23 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: AC Instituto Fenacon RFB G3 << AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://patobranco.1doc.com.br/verificacao/7222-9DBB-95CB-4088>